

DISCURSO DE ELITE E A REPRODUÇÃO DO RACISMO

Teun A. van DIJK (Universidade de Amsterdã)

ABSTRACT: This paper discusses some of the implications about the reproduction of racism through various types of discourse and communication. The fundamental thesis of this research is that discourse, that is, institutional as well as interpersonal text and talk, plays a crucial role in the enactment, expression, legitimation and acquisition of racism in society. From socializing talk and children's books during childhood, through textbooks at school until the various discourses of the mass media, politics, business and the professions, white group members and white institutions are daily involved in a multitude of different discourses that express and confirm their dominance.

1. Introdução e Pano de Fundo

Este trabalho discute algumas das implicações de uma década de pesquisa, desenvolvida na Universidade de Amsterdã desde o início dos anos 80, sobre a reprodução do racismo através de vários tipos de discurso e comunicação. A tese fundamental deste programa de pesquisa é que o discurso, isto é, texto e fala tanto institucionais quanto interpessoais, desempenha um papel crucial na validação, expressão, legitimação e aquisição do racismo na sociedade (*van Dijk, 1984, 1987a, 1987b, 1991).

Desde as conversas informais e livros infantis, passando pelos livros didáticos até os vários discursos dos meios de comunicação de massa, discurso político, de negócios e os profissionais, membros de grupos brancos e de instituições brancas envolvem-se diariamente em uma multiplicidade de diferentes discursos que expressam e confirmam sua dominação. A participação, neste caso, pode ser ativa, como quando se engajam em discursos racistas dirigidos a grupos minoritários, ou em histórias preconceituosas veiculadas no próprio grupo sobre "aqueles estrangeiros", ou podem se confrontar mais passivamente com a descrição de eventos étnicos e minorias em noticiários de jornais, anúncios, filmes ou outras mensagens da mídia.

Assume-se ainda que tais discursos não sejam simplesmente formas inocentes de uso da linguagem ou tipos marginais de interação social verbal. Ao contrário, consideramos que tenham um impacto fundamental na cognição social de membros dos grupos dominantes, ou seja, na aquisição, confirmação e uso de

opiniões, atitudes e ideologias que subjazem às percepções, ações e estruturas sociais. Em outras palavras, o racismo é apreendido socialmente, e o discurso é essencial no processo de sua produção e reprodução ideológica.

O primeiro grande objetivo desta pesquisa é, portanto, o de analisar sistematicamente os detalhes de alguns tipos importantes de discurso sobre assuntos étnicos e minorias. Esta abordagem analítica do discurso vai além dos métodos tradicionais de análise do conteúdo, levando em consideração estruturas e estratégias discursivas diversas como estrutura tópica ou temática (conteúdo global), organização esquemática (por exemplo, narração de histórias ou argumentação), movimentos semânticos locais, estilo, retórica e outras propriedades de texto e fala. Até o momento, esta pesquisa incluiu conversações do dia-a-dia, livros didáticos e noticiários de jornais. Entre outras coisas, será necessária ainda uma análise de vários gêneros de discurso político e corporativista.

O segundo objetivo de nosso programa de pesquisa é o de examinar com mais profundidade as detalhadas estruturas, estratégias e conteúdos das cognições sociais de orientação étnica, tais como preconceitos e demais atitudes correlatas. Esta 'interface' cognitiva nos permite estabelecer um vínculo entre ações manifestas - incluindo o discurso - com as crenças sociais de grupos brancos, de um lado, e com as (representações) das estruturas societárias, de outro. É exatamente aí que os micro e macro níveis do racismo precisam ser teorizados. Deve-se enfatizar, portanto, que esta abordagem em relação à análise da cognição social não se enquadra em nenhum tipo de psicologia individual ou na pesquisa tradicional sobre o preconceito. Ao contrário, é antes de tudo uma análise social, ou seja, uma análise das cognições compartilhadas por membros de grupos ou culturas.

Finalmente, tanto a análise do discurso quanto a análise sócio-cognitiva estão imbricadas em um estudo mais amplo do quadro social, político e cultural do racismo, onde papéis e funções estruturais e ideológicos do discurso e cognição racistas desempenham o seu papel. Neste momento, estudamos, por exemplo, o papel que livros didáticos ou noticiários racistas têm sobre o quadro institucional da educação ou sobre os meios de comunicação de massa. Além do estudo das relações de poder entre os grupos, tal análise contribui para um entendimento mais adequado dos mecanismos culturais envolvidos na reprodução do racismo, no etnocentrismo e formas relacionadas de dominação.

Esta abordagem tripartite (discurso, cognição social e contextos sócio-culturais) é complexa e multidisciplinar. O

elo de ligação é o discurso, visto como uma forma de uso da linguagem e comunicação, como significado social e ação, e como uma prática sócio-cultural, política e ideológica definidora dos sistemas e estruturas societários. A análise de discurso interdisciplinar estuda precisamente as interrelações entre essas formas de discurso e, destarte, pode apontar para uma melhor compreensão dos diferentes modos e dimensões da reprodução do racismo na sociedade.

2. Racismo de elite

Uma das importantes teses de nosso quadro teórico, gradualmente extraída deste amplo programa de pesquisa, é a do importante papel das 'elites'. Embora esta noção seja notoriamente vaga (* Domhoff e Ballard, 1968), denotará aqui aqueles grupos, na estrutura sócio-política do poder, que desenvolvem as orientações políticas fundamentais, tomam as decisões mais influentes e controlam toda a sua execução: o Governo, parlamento, diretores ou conselheiros de agências estatais, políticos de liderança, empresários, diretores e gerentes de corporações, acadêmicos de destaque etc.

Identificamos as elites, para nossa análise, primordialmente por seu papel na ordem de produção do discurso, ignorando maiores complexidades em sua análise política. Em outras palavras, são elas que iniciam, monitoram e controlam as formas mais influentes do texto e fala institucionais e públicos. Têm acesso preferencial à mídia, podem estabelecer ou mudar a programação do discurso público e da formação de opinião; são elas que preparam e emitem relatórios, desenvolvem e publicam pesquisas - e, assim, controlam o discurso acadêmico - etc. O poder de grupos de elite específicos pode ser uma função direta da medida do acesso e controle aos meios de reprodução simbólica na sociedade, ou seja, do discurso público.

Na realidade, enquanto que tradicionalmente as elites também possam ser definidas em termos dos tipos e abrangência de seu controle sobre a ação de outros ou, ainda, em termos de acesso à força e retaliação às demandas de complacência, o poder da elite 'moderna' é mais sofisticado e bem mais 'persuasivo'. O gerenciamento das relações públicas, a comunicação eficiente, o discurso persuasivo, a manipulação sofisticada e habilidosa da formação de opinião tornaram-se meios bem mais poderosos de controle da mente pública e, conseqüentemente, de sua ação social (* Herman e Chomsky, 1988).

O mesmo se pode dizer em relação aos assuntos étnicos e à reprodução do racismo. Uma vez que o racismo é

essencialmente definido em função da dominação de grupos brancos sobre vários grupos minoritários ou imigrantes ou, de forma mais geral, em função de grupos europeus sobre os não-europeus, essa dominação precisa ser diariamente reproduzida nos vários contextos de uma sociedade multi-étnica. A despeito da incontestável existência do 'racismo popular' (* Miles, 1982; Phizacklea e Miles, 1979), certamente temos razões para acreditar que esse tipo de racismo é bem menos influente e nada espontâneo. Ao contrário, postularemos que muitos dos seus elementos são pré-formulados, algumas vezes em termos notadamente indiretos, sutis ou até 'tolerantes', por vários grupos de elite. Em outras palavras, o discurso de elite desempenha papel fundamental no consenso étnico (a concessão de participar na dominação) do grupo branco como um todo.

O papel das elites na reprodução do racismo também deve ser entendido no cenário das mudanças nos discursos e ideologias sobre raça, ou seja, no cerne da classe média. Enquanto que o racismo tradicional adere aberta e ruidosamente aos princípios da supremacia branca, implementada na escravidão, segregação e no 'apartheid', as formas 'modernas', 'novas' ou 'simbólicas' do racismo têm características próprias atualmente, em especial entre as elites (* Dovidio e Gaertner, 1986). É típico de tal atitude contemporânea o ressentimento contra determinadas ações ou 'privilégios' especiais para as minorias e, de forma geral, contra aquelas formas de justiça social, igualdade e auxílios que podem ser apresentados como 'injustos' ou 'discriminadores' contra os brancos.

Dizendo de outra forma, o racismo entre as elites torna-se manifesto não apenas quando seus próprios interesses estão em jogo (* Wellman, 1977), mas também quando as prerrogativas e dominação do grupo branco como um todo são vistas como 'ameaçadas' por uma política social que vise à verdadeira igualdade. Veremos posteriormente que uma das maiores características dessa forma 'moderna' de racismo entre as elites de classe média é a sua negação mesma, precisamente por se sentirem essencialmente tolerantes e pluralistas. Mostraremos, ainda, que o racismo 'moderno' não se utiliza mais de palavras como 'raça', mas de noções bem menos negativamente impregnadas como 'cultura' ou 'diferenças culturais' (* Mullard, 1985).

Se, por um lado, os discursos de elite podem legitimar ou monitorar a ação pública, por outro ela está crucial e diretamente envolvida em formas mais conseqüentes do racismo institucional do dia-a-dia. Decide sobre a política de imigração e assentamento, controla a política de ações contra

grupos minoritários, aceita (ou então recusa) legislar ou desenvolver formas efetivas de ação, contrata e dispensa pessoal, ou, ainda, desenvolve pesquisa e aconselhamento quanto às relações étnicas. Em outras palavras, se a maioria européia branca é dominante, sua dominação precisa ser gerenciada, e são as elites que gerenciam essa forma de controle de grupo.

É verdade que há restrições legais e sociais a esse poder. As constituições e leis podem proibir a discriminação gritante, assim como as normas gerais dos direitos humanos podem estar suficientemente internalizadas a ponto de condenar formalmente (e, contudo, tolerar) as formas mais extremas de opressão racista, além das boas relações internacionais e a opinião pública poderem limitar os excessos de ressentimento contra imigrantes não-europeus. Sobretudo, a dominação encontra sua imagem espelhada na resistência, principalmente de grupos minoritários, mas também de setores menores dentro do próprio grupo de dominação branco, por exemplo, em organizações anti-racistas. Isto significa que os grupos brancos de dominação e suas elites não estão unidos em sua participação no sistema racista e que há grupos menores, de oposição, que têm o seu papel anti-racista (* Taguieff, 1988). Não seria, portanto, uma tese pouco provável que, tanto entre Negros quanto entre brancos, as elites também sejam aquelas que previamente formulam os principais dogmas anti-racistas, dando vazão, destarte, a formas mais amplas e populares de resistência contra o racismo. Na realidade, esta tese não é de todo inconsistente em relação à que defendemos neste artigo, embora não a exploremos com maior profundidade aqui.

Essas restrições e formas de resistência requerem estratégias específicas de legitimação e formação de consenso, tanto entre as maiorias quanto entre os grupos minoritários. Isto significa que novamente o discurso e a comunicação estão envolvidos na validação persuasiva e na defesa da dominação. Espera-se, desta forma, que o discurso de elite sobre assuntos étnicos esteja estrategicamente voltado para a manutenção de seu próprio poder, além da manutenção da dominação que exerce. Uma dessas estratégias, entre muitas outras, consiste em explicar o racismo enquanto 'ressentimento popular' contra maior imigração, atribuindo-o a classes mais baixas, evitando, assim, ao mesmo tempo, o ressentimento popular contra suas políticas deficientes quanto a, por exemplo, desenvolvimento urbano, moradia, emprego ou educação.

É desnecessário argumentar que tais formas de discurso e controle não são conspiratórias. Ao contrário, a despeito das contradições internas e interesses conflitantes, são coerentes e eficazes simplesmente em função do consenso. Além do mais,

uma vez que o racismo branco funciona em favor dos interesses do grupo branco como um todo, torna-se pouco provável que haja um desafio popular maior de tal política de consenso. Uma vez formuladas as disposições oficiais, semi-tolerantes, do racismo, a população em geral pode se sentir autorizada a direcionar seus próprios sentimentos de ressentimento contra aqueles que podem controlar na vida diária: membros individuais de grupos minoritários. As formas disseminadas de racismo no dia-a-dia, documentadas em várias pesquisas recentes, testemunham essa opressão racista mais mundana.

Dentro deste quadro conceitual examinaremos brevemente algumas formas de discurso e comunicação das elites, mostrando como expressam e confirmam a dominação do grupo branco nas sociedades ocidentais.

3. O discurso da mídia

A despeito das evidências conflitantes encontradas em pesquisas sobre a comunicação de massa acerca dos efeitos da mídia, temos razões teóricas e suporte empírico para asseverar que seu discurso desempenha papel central na reprodução simbólica do racismo pelas elites (* Hartman e Husband, 1974; * van Dijk, 1991). É verdade que jornais e televisão, além de jornalistas individualmente, possam ser parcialmente dependentes de outros grupos do poder, também na definição da situação étnica. Podem tentar reportar objetivamente a política governamental, ações da polícia, casos em julgamento, imigração, questões sociais ou crimes; contudo, para cada um desses domínios apoiar-se-ão em fontes ou textos que notadamente escapam de seu controle. Desta forma, os jornalistas têm a ilusão de estarem fornecendo uma visão imparcial dos assuntos étnicos.

Contratação

Embora a teoria aponte em uma direção, as pesquisas mostram resultados diferentes. Em primeiro lugar, como organizações corporativas ou semi-estatais, a mídia também participa no mercado de trabalho. Estatísticas mostram que, especialmente na Europa, ela não emprega um número substancial de jornalistas pertencentes a grupos minoritários, principalmente nos níveis mais altos de editoração e gerenciamento (* Wilson e Gutiérrez, 1985). Além desta forma de discriminação, muitas vezes justificada em função de supostos problemas com a língua ou outras 'deficiências' dos jornalistas imigrantes, a exclusão desses profissionais implica que as notícias ou programas de televisão sejam

predominantemente brancos em sua perspectiva geral, senão também em conteúdo e estilo. Por razões semelhantes, vários fatores influenciarão os jornalistas brancos a atribuir maior importância ou credibilidade a fontes brancas (oficiais), tais como órgãos governamentais, polícia ou 'especialistas em minorias'.

Acesso

Isso significa que as organizações minoritárias têm menos acesso à mídia, menos controle na definição da situação étnica e pouca influência em suas próprias questões. As análises dos padrões de citação confirmam essas hipóteses: as minorias são sistematicamente menos citadas em noticiários, até em notícias diretamente relacionadas a elas ou, ainda, suas opiniões são 'balanceadas' pelas dos repórteres brancos. Na realidade, membros de grupos minoritários raramente são citados sozinhos, ou, ainda, se o são, isso é feito de tal modo que adquirem menor credibilidade. As acusações de discriminação e racismo vêm consistentemente acompanhadas de 'aspas' ou palavras que expressam dúvida, como supostamente ou pretensamente.

Pesquisas realizadas sobre as estruturas e produção de notícias freqüentemente mostram que determinados agentes noticiários da elite têm acesso especial à mídia, pois os jornalistas os acham importantes, dignos de nota e críveis (* Galtung e Ruge, 1965). Tais fontes de elite organizaram esse acesso através de práticas institucionais correntes como publicações e conferências de imprensa além de outras atividades promovidas por seus próprios agentes de Relações Públicas. Já que isso raramente se aplica a organizações ou grupos minoritários, ou a seus líderes, a definição da situação étnica fica nas mãos das elites brancas. Elas não apenas apresentarão e interpretarão as notícias geralmente a seu favor, como também se assegurarão de que suas atividades no domínio étnico sejam apresentadas da forma mais positiva possível.

Quando a televisão e os jornais oferecem acesso (limitado) a membros do grupo branco que não pertencem à elite, por exemplo em cartas ao editor ou em entrevistas e programas diversos, essas pessoas normalmente expressam opiniões que se adequam à visão dominante na mídia. Do contrário, caso lhes permitam falar, as visões anti-imigração mais radicais serão citadas a fim de (1) apregoar a tolerância, nem que seja pelo contraste, (2) atribuir o racismo a formas de ressentimento popular, ou (3) defender visões negativas mais 'moderadas' em relação aos assuntos

étnicos. Isso se aplica tanto à mídia quanto à política, por exemplo, quando se permite que partidos racistas de direita existam ou até façam propaganda, como acontece na maioria dos países ocidentais. Em outras palavras, tanto para as elites políticas quanto para a mídia, tais racistas radicais têm um papel muito importante. Portanto, não é de se surpreender que tais grupos, organizações ou partidos, embora alocados fora do consenso, não sejam proibidos ou severamente reprimidos.

Tópicos

A falta de jornalistas de grupos minoritários, os interesses e perspectivas gerais dos grupos brancos refletidos na maioria dos repórteres e editores, além do papel das elites na modelagem dos noticiários, também trazem consequências para a seleção e o tratamento dos tópicos. Ou seja, as minorias - caso haja alguma cobertura - serão retratadas nos noticiários quando o assunto for de interesse para os leitores brancos em geral e para as elites em particular. Pesquisas realizadas anteriormente, além de nossa própria análise, das imprensas inglesa e holandesa, mostraram que é exatamente esse o caso: as Minorias são representadas em termos de um conjunto de tópicos bastante limitado e estereotípico. Assim, dentre os cinco principais tópicos (ou ainda grupos de tópicos ou assuntos) - tanto em frequência, quanto em tamanho - normalmente encontramos os seguintes: (1) imigração, (2) violência, crime, vandalismo e outras formas de desvio, (3) relações étnicas, (4) diferenças culturais e, especialmente nos EUA, (5) música e esportes (* Hartmann e Husband, 1974; * Martindale, 1986; * Merten et al., 1986; * Johnson, 1987; * van Dijk, 1983, 1991).

Esse preconceito em relação aos possíveis assuntos dignos de nota fica ainda mais evidente pelo fato de serem consistentemente manipulados em uma perspectiva negativa. Em outras palavras, a imigração será primordialmente descrita em termos dos problemas, conflitos e dificuldades que 'nos' causa (superpopulação, entrada e permanência ilegais, falta de recursos); porém, raramente como problemas 'deles', tais como o molestamento que sofrem dos oficiais de imigração ou a impossibilidade de acesso à permanência mesmo quando legalmente de direito. A mesma perspectiva negativa está inerentemente presente na topicalização da violência, crime e outros desvios. Da mesma forma, as diferenças culturais são freqüentemente interpretadas como, no mínimo, problemáticas, senão como ameaçadoras para a cultura majoritária, como se vê, por exemplo, no interesse especial em relação às práticas e aos valores dos Islãs e Muçulmanos.

O tratamento das relações étnicas também se prende aos conflitos, desta feita incluindo exemplos de discriminação contra as minorias. Contudo, enquanto o racismo é geralmente negado ou mitigado pela imprensa, a discriminação é tratada como ocorrência de incidentes e nunca como manifestação da desigualdade e opressão estruturais. Portanto, de forma geral, os principais tópicos abordados apresentam preconceituosamente a imigração, os imigrantes ou as minorias como sinônimo de problema, conflito ou até mesmo ameaça.

O foco em alguns poucos tópicos estereotípicos implica que outros, que seriam rotineiramente cobertos pela imprensa branca, deixem de ter representação quando se trata das minorias. Assim, assuntos de seu interesse prioritário, tais como direito à permanência, assistência social, habitação, saúde, educação, (des)emprego ou racismo, normalmente não chegam às manchetes. Visto na perspectiva deste artigo esse fato não deve causar surpresa, uma vez que é precisamente nesses domínios que se encontram as falácias das políticas e práticas dos grupos de elite.

Mudanças semânticas locais

Ao passo que os tópicos são definidos como macroestruturas semânticas globais do discurso, o significado a nível local no discurso jornalístico torna-se também relevante para o nosso entendimento da representação das minorias e de assuntos étnicos na mídia. É neste nível que encontramos a real descrição das pessoas e eventos étnicos, descrições raramente inocentes. Para que se entendam essas formas locais de discurso tendencioso é preciso que se conheçam os objetivos e compromissos gerais do discurso sobre assuntos étnicos. Como acontece na fala (* van Dijk, 1987a), encontramos aqui duas estratégias complementares e aparentemente contraditórias, ou seja, a auto-apresentação positiva e a apresentação do "outro" negativa. Portanto, como observamos na breve análise dos tópicos, há uma tendência generalizada de apresentar as minorias negativamente em termos de problemas, conflitos e ameaças.

No entanto, essa apresentação negativa é restrita pelas leis, normas e valores de forma que relatos explicitamente racistas tornaram-se raros, especialmente na imprensa liberal. A norma oficial de que a discriminação aberta é proibida é bastante conhecida e, até certo ponto, sustentada. Para apresentar as minorias negativamente, portanto, a imprensa precisa lançar mão de formas discursivas que contra-balancem essa negatividade; por exemplo, afirmando que "não somos racistas, mas ...". Tais retratações - que aparecem de várias

maneiras - são rotineiras e envolvem aparentes negações ou concessões ("também há Negros inteligentes/trabalhadores etc., mas..."). Poderíamos esperar, neste caso, histórias positivas sobre membros individuais de grupos minoritários; contudo, é precisamente esse papel 'solo' da exceção individual que reassegura ao público branco que (1) alguns membros de grupos minoritários podem ser bem sucedidos e, assim, não há do que nos culpar; mas, sobretudo, que (2) os grupos minoritários como um todo permanecem 'no seu devido lugar', de forma que não estão se tornando dominantes.

A semântica local do discurso racista deve ser necessariamente velada. Opiniões e atitudes reais, especialmente em um discurso público como o da mídia, devem ser abrandadas ou, pelo menos, expressas de forma menos direta. Isso significa que as implicações, pressuposições e sugestões têm um papel muito importante. Na realidade, o discurso étnico tornou-se altamente codificado, a tal ponto que palavras aparentemente neutras são empregadas para evitar as implicações racistas de suas verdadeiras intenções e significados. Por exemplo, amplos setores da imprensa ocidental, conspirados com as autoridades (governo, ministros etc), empregam atualmente o termo 'refugiado econômico'. Embora pareça uma descrição mais ou menos neutra, implica, porém, não se tratar de reais refugiados e sim de "pessoas que vêm aqui viver do nosso dinheiro" - uma forma mais direta da expressão do preconceito nas conversas diárias.

A contradição e o reverso do racismo

O maior contraste, também encontrado no nível dos significados locais, entre o 'nós' positivo e o 'eles' negativo, implica na apresentação dos brancos pela mídia não apenas como não-racistas, mas também como tolerantes e cooperativos, enquanto os imigrantes são, pelo menos, ingratos e desajustados. Este contraste requer uma estratégia complexa de contradição. As mudanças nessas estratégias envolvem algumas das mencionadas acima ("não somos racistas, mas..."), o uso sistemático de sinais de dúvida, também mencionados anteriormente, quando minorias ou brancos anti-racistas acusam brancos de discriminação ou preconceito, o controle das citações (quando as minorias, que poderiam apresentar evidências sobre práticas racistas, não são citadas) e, finalmente, pela reversão: Eles são os reais racistas.

Essas estratégias são bastante evidentes, principalmente na imprensa britânica de direita (* Gordon e Rosenberg, 1989; * Murray, 1986; * van Dijk, 1991). Assim, quando em 1985 pais

e grupos anti-racistas acusaram o diretor Honeyford de ter publicado artigos racistas sobre educação em sua escola, o que o levou a ser suspenso, a imprensa de direita detonou uma vasta campanha em defesa deste 'valeroso homem, que teve a coragem de dizer a verdade sobre a educação multi-cultural'. Seus oponentes, geralmente grupos anti-racistas, foram então acusados de impedir alguém de dizer a verdade, praticando, portanto, a censura, perturbando a Inglaterra e os ingleses (brancos), o que é visto como uma forma de reversão ou de racismo Negro. A implicação disto é que "nós somos as reais vítimas", uma proposição freqüentemente expressa em conversas diárias.

Estas e outras estratégias da semântica local dos noticiários são típicas das posições das elites em relação a assuntos étnicos. Políticos, jornalistas, acadêmicos e outras elites, liberais ou conservadores, preservam uma auto-imagem incompatível com a intolerância e com o racismo. As contradições, as afirmações de tolerância e os jogos de reversão, são, portanto, essenciais para a preservação desta auto-imagem positiva.

Definições alternativas da situação são, desta forma, absolutamente rejeitadas e atacadas, manifestando-se através da marginalização e da agressão aberta contra grupos anti-racistas, especialmente quando essas pessoas também pertencem às elites, como é o caso de alguns políticos (conhecidos como 'esquerda festiva'), 'os sociólogos' e professores. Em outras palavras, não há apenas uma relação de poder entre o grupo branco como um todo e as minorias, mas também entre as elites dominantes e as de oposição radical, no sentido de estabelecer o controle da esfera simbólica das normas e da moral.

Tocamos agora nos fundamentos do discurso de elite sobre assuntos étnicos. Os interesses de jornalistas e outras elites dominantes correm paralelamente neste caso, raramente havendo conflito. Em primeiro lugar, isto significa que as acusações de racismo contra a imprensa, incluindo aqui a liberal, são eficientemente marginalizadas e censuradas - praticamente nunca são publicadas. Em segundo lugar, a despeito da discriminação ser um tópico proeminente, a imprensa raramente relata outras formas do racismo de elite, por exemplo, aquele praticado pelas autoridades. A política racista de imigração, embora amplamente documentada por grupos imigrantes e outras organizações, quase nunca surge nas estórias sobre o assunto. A intimidação e brutalidade da polícia contra jovens Negros às vezes é discutida, embora em contextos de acusação altamente editados e, assim, dignos de pouco crédito, senão ridículos. O racismo e o preconceito nos julgamentos, pelo menos na

Europa, são assuntos igualmente evitados. O mesmo é verdade para outras instituições de elite.

A única exceção a essa regra de censura à informação parecem ser as freqüentes notas sobre a discriminação nas empresas, especialmente na imprensa liberal. Contudo, esta conclusão também precisa ser medida. Em primeiro lugar, a despeito da freqüência com que surgem, são enormemente menores do que os casos de discriminação. Em segundo lugar, tais notícias estão longe de veicular a mensagem de que a discriminação na contratação de pessoal é um dos grandes problemas sociais. Ao contrário, esses casos são considerados incidentes excepcionais, não como uma questão estrutural, mas por exemplo, como um elemento para explicar o desemprego entre as minorias. Em terceiro lugar, apenas os casos mais salientes e públicos são reportados, quando como uma organização sindical consegue chamar a atenção para o caso. Em quarto lugar, esses casos normalmente não são reportados como um crime e sim como uma questão de opinião ou interpretação. Ao contrário de outros criminosos, esses empregadores normalmente têm a chance de se defender ou expressar a sua opinião. Em quinto lugar, no que diz respeito à imprensa liberal, parece haver menos afinidade entre os jornalistas e os empresários, uma vez que estes não são considerados como competidores no domínio simbólico. Na realidade, alguns jornalistas podem às vezes se sentir intelectual e moralmente superiores aos empresários, fazendo de suas notícias uma forma de mostrar a moral inferior de tais empregadores. Finalmente, como vimos anteriormente, a imprensa de direita tenderá a reportar esses eventos com dúvida, escárnio ou ridicularizando-os, invertendo os fatos e acusando os acusadores de terem rotulado um empresário branco de respeito como racista. Resumindo, a discriminação no meio empresarial também faz parte da estratégia global de minimizar o racismo de elite ou atribuí-lo, incidentalmente, a um grupo específico.

Nossa análise aponta para o fato de que a mídia em geral e a imprensa em particular estão crucialmente envolvidas na reprodução do racismo de elite por estarem envolvidas com a estrutura do poder e por compartilharem do consenso étnico das elites políticas dominantes (cf. também * Ebel e Fiala, 1983). Além do mais, a mídia possui suas próprias formas de produzir, reproduzir e enfatizar o consenso étnico, apresentando o grupo branco em termos neutros ou favoráveis, especialmente no domínio dos assuntos étnicos, e retratando imigrantes, estrangeiros, refugiados ou minorias como a fonte dos problemas, conflitos e ameaças. Obviamente, há variações de modo e estilo entre os diferentes meios de comunicação de massa. Assim, a imprensa liberal poderá, por exemplo,

ênfatisar o importante papel dos brancos liberais enquanto 'cooperadores' dos grupos minoritários, já a imprensa conservadora ou de direita tenderá a ênfocar os aspectos negativos dos 'alienígenas'.

4. O discurso educacional: os livros didáticos.

Outro grande condutor de reprodução do racismo é o discurso educacional (* Klein, 1986; * Milner, 1983; * Preiswerk, 1980). Depois da socialização e aprendizado informais através da fala dos pais, dos livros infantis e de programas de televisão, as aulas e os livros didáticos são o primeiro encontro com a comunicação educacional institucionalizada do conhecimento, crenças, normas e valores.

É aí que crianças brancas dos países ocidentais podem estar, talvez pela primeira vez, ouvindo ou lendo a respeito de grupos ou pessoas de cor, sobre outras culturas, continentes e nações.

Atualmente, com o aumento das populações minoritárias, as crianças não vêm mais despreparadas. Certamente já terão consumido vários discursos etnicamente relevantes através da percepção e interação pessoais, especialmente nas grandes cidades, ou através da família, de livros infantis e de programas de televisão. De fato, algumas pesquisas mostram que com apenas quatro anos de idade, ou até menos, as crianças já foram conscientizadas de sua identidade étnica (* Aboud, 1988; * Katz, 1976). Mostram, também, que o preconceito étnico, favorecendo membros do grupo branco e rejeitando os demais, pode estar bem desenvolvido quando essas crianças chegam à escola primária. Encorajadas ou não pela fala tendenciosa dos pais, as crianças logo aprendem a participar e a se respaldar na cultura branca dominante, utilizando-se de seus discursos freqüentemente estereotípicos ou preconceituosos.

Tanto o currículo formal, quanto o oculto, sua implementação em sala de aula, as aulas formais e os materiais de aprendizagem são parte da cultura dominante. Aumente ou não o número de crianças de grupos minoritários nas escolas ocidentais, o discurso educacional dominante continua a ser essencialmente branco (* Brandt, 1986). Os povos, culturas e nações do Terceiro Mundo são vistos de um ângulo ocidental, o mesmo se aplicando a grupos e culturas minoritários dentro da América do Norte e das sociedades européias. Embora haja uma conscientização cada vez maior em vários países quanto à necessidade de uma 'educação multicultural', as práticas pedagógicas do dia-a-dia, a formação dos professores e o conteúdo dos livros didáticos estão muito vagarosamente começando a refletir essa política (* Banks e Lynch, 1986).

Pesquisas realizadas sobre livros didáticos em vários países têm reafirmado essa conclusão, pelo menos no que diz respeito aos discursos educacionais mais formais (* Preiswerk, 1980; * Klein, 1986). Esses estudos são unânimes em suas descobertas, que podem ser resumidas na seguinte colocação: de forma mais gritante no passado ou mais sutil atualmente, os livros didáticos ignoram, marginalizam, inferiorizam ou problematizam os povos, culturas e sociedades não-ocidentais.

A evidência é tão triste quanto assustadora. Em todos os níveis e tipos de escola, os livros de estudos sociais, geografia e história, além dos livros de leitura para aprendizagem de língua ou até mesmo as aulas de biologia, física e matemática, estão repletos de estereótipos negativos sobre os povos não-ocidentais, as minorias e imigrantes; embora, ao mesmo tempo enfatizem sutil ou abertamente a superioridade e as grandes conquistas do homem branco, ocidental, ou seja, a nossa cultura e sociedade. Para as crianças brancas a mensagem é clara e nem um pouco discordante das implicações dos discursos dominantes de outros domínios de sua cultura.

Resumiremos algumas modalidades desta forma de racismo e etnocentrismo didático reveladas em nossa própria pesquisa (* van Dijk, 1987b). Em primeiro lugar, presença e espaço: dos 43 livros de estudos sociais usados no ano de 1985 nas escolas de segundo grau na Holanda, cerca da metade nem mesmo colocava um único parágrafo reconhecendo a presença de importantes minorias étnicas no país, presença essa que totaliza mais de 700.000. A despeito da presença cada vez maior de crianças de grupos minoritários nas escolas, tais livros retratam a Holanda como um país branco. Na maioria dos outros livros, essa presença ou a relevância das relações étnicas recebia uma atenção marginal. O mesmo se aplica aos livros de história e geografia. Somos levados a crer que essas conclusões possam se estender à maior parte dos países europeus. Nos EUA, a despeito das outras falhas nos livros didáticos, essa situação mudou na última década.

Em segundo lugar, caso as minorias sejam retratadas, o foco se voltará para uns poucos tópicos que são visivelmente semelhantes àqueles encontrados na mídia: (1) imigração, (2) diferença cultural, (3) relações raciais, (4) crime e outros desvios. Cada um desses tópicos será tratado sob uma perspectiva negativa, ou seja, a dos problemas, conflitos ou ameaças para 'nós' (a cultura ocidental, 'nosso' país etc.). Assim, a atenção se limita a quais grupos imigraram, quando e por quê, e à superpopulação. As contribuições para a economia devidas à sua força de trabalho ou à exploração de mão-de-obra barata raramente são discutidas.

As diferenças culturais, um dos principais temas dos livros de estudos sociais na Holanda, são igualmente associadas a problemas, tais como a suposta falta de adaptação, hábitos estranhos, problemas com o aprendizado da língua e os desvios atribuídos, por exemplo, a diferenças religiosas, especialmente ao Islamismo, tais como a estrutura familiar patológica, a posição de submissão das mulheres ou até mesmo as restrições alimentares. Uma das implicações dos detalhes deste tema é bastante clara, sendo ou não a retratação brandamente estereotípica ou mais abertamente preconceituosa, aquela de que nós somos obviamente superiores: mais modernos, mais avançados, mais racionais e mais tolerantes.

Ocasionalmente os livros tratam de questões raciais, como o preconceito e a discriminação. De forma vaga, generalizada e pouco exemplificada, afirma-se que as minorias às vezes sofrem desigualdades ou que nós não somos sempre tão tolerantes quanto pensamos ser. Como acontece com a mídia, os livros didáticos também possuem uma vasta gama de estratégias com as quais jogam ou evitam o detalhamento dos fatos. Os livros holandeses geralmente o fazem apontando a segregação nos EUA ou o apartheid na África do Sul. Da mesma forma, também a mídia cobre o racismo exterior bem menos reticentemente do que o de seu próprio país. Uma outra tática consiste em atribuir a culpa a alguns membros dos grupos de minoria que 'provocariam' tais reações nos brancos, ou ainda, em usar eufemismos para descrever as práticas discriminatórias. Na realidade, a noção de 'racismo' mesma raramente é discutida nos livros. A intolerância, o estereótipo ou a discriminação em sala de aula (ou nos livros) obviamente são tópicos que nem se cogitam.

Quando as minorias são retratadas nos livros holandeses de estudos sociais, mesmo as poucas linhas que tratam dos principais grupos dentre elas, conterão sempre alguma informação sobre os crimes e desvios, tais como o tráfico ou o uso de drogas pelos chineses e imigrantes do Suriname, ou o terrorismo praticado pelos jovens malaios, ou ainda os crimes de natureza cultural dos turcos e marroquinos. Por vezes essa 'informação' vem acompanhada de uma retratação do tipo "naturalmente nem todos são assim".

Esses tópicos dão conta do que se apresenta atualmente nos livros sobre os 'estrangeiros'. Não se encontram informações relevantes, tais como questões sociais, educação, história, cultura ou ainda as experiências problemáticas por que passam as minorias em todos os domínios. Com exceção de alguns livros mais modernos nos EUA, as contribuições sociais, econômicas, culturais e históricas dos principais grupos de

imigração não chegam nem a ser tocadas. Assim, não há virtualmente pontos de identificação para as crianças advindas desses grupos. Até mesmo as ricas culturas do Norte da África, da Arábia ou da Turquia são usadas como informação de pano de fundo sobre a imigração e a presença de minorias vindas das fronteiras do Mediterrâneo. Os africanos, asiáticos ou nativos americanos (do Suriname ou das Antilhas), ainda menos discutidos que os reais estrangeiros - ou seja, 'trabalhadores parasitas', são retratados como não tendo nenhuma cultura.

Observações semelhantes podem ser feitas em relação aos livros de história e geografia, não apenas na Holanda (* Mok, 1990). Como foi apontado, a história dos imigrantes ou grupos minoritários normalmente é ignorada. Seus países de origem são simplesmente tratados como parte da história ou da geografia mundiais, quando o são. Ocasionalmente esses livros falam sobre as principais causas da imigração, tais como a escravidão, o colonialismo ou a pobreza, parcialmente desencadeada pelas formas atuais de imperialismo e exploração do capitalismo internacional. Alguns livros o fazem em uma perspectiva moderadamente crítica, especialmente quando lidam com o passado; contudo, isso raramente é verdade para o presente. Assim como não se mostram os detalhes e atrocidades da exploração. Como acontece com o racismo contemporâneo, é de esperar explicações especiais, eufemismos e a acusação sobre as vítimas. Alguns livros continuam a desculpar o colonialismo em termos das contribuições econômicas e culturais para o desenvolvimento dos povos colonizados. A resistência armada contra o colonialismo é enfocada enquanto violência, terrorismo ou 'selvageria'. O quadro é bastante conhecido e não precisa ser mais profundamente detalhado.

O retrato dos povos do Terceiro Mundo nos livros de história e geografia é espantosamente semelhante, em muitos pontos, àquele dos imigrantes e minorias. Até hoje, as pesquisas continuam a encontrar padrões bastante familiares do eurocentrismo ou etnocentrismo, por exemplo, na alocação espacial, topicalização, estilo, imagens e práticas pedagógicas, dos quais a lista que segue é simplesmente um exemplo (para maiores detalhes, cf., por exemplo, *Klein, 1976):

(1) Os povos, sociedades, países, culturas ou nações do Terceiro Mundo não são diferenciados e sim tratados da mesma forma. Essa homogenização acentua-se mais ao se enfatizar sua diferença em relação à nossa própria cultura ocidental. Este traço de percepção e representação já foi bastante discutido em pesquisas na área de psicologia social sobre a caracterização e a estereotipagem intra e extra-grupo.

(2) A discussão da história dos povos de Terceiro Mundo normalmente se limita a ser feita em relação à presença de povos ocidentais. Períodos pré ou pós-colonização tendem a ser negligenciados, como se os países e continentes não-ocidentais tivessem passado a existir somente após serem 'descobertos' pelos exploradores ocidentais.

(3) Os principais temas apresentados são limitados e estereotipados. Entre os principais ingredientes dos livros encontramos tópicos como pobreza, analfabetismo, atraso tecnológico ou sócio-cultural, economia rural de subsistência etc. As explicações seguem no sentido de culpar a vítima ou, ainda, de reforçar as propriedades inerentes (caráter) dos povos não-ocidentais ou outras 'raças'. Ocasionalmente discute-se eufemisticamente o colonialismo ou o imperialismo vigente, como fatores que concorrem para o atual estado de coisas nos países de Terceiro Mundo. Economias bem sucedidas, as vantagens e avanços de concepções sócio-culturais alternativas, a vida urbana, modernização, a dependência dos países ocidentais de matéria-prima, ou qualquer outro tema que os torne parecidos conosco, são normalmente ignorados.

(4) As descrições, explicações e avaliações das diferenças econômicas, políticas e sócio-culturais entre o Norte e o Sul são moldadas sobre normas e valores ocidentais de tecnologia, democracia e cultura. A superioridade ocidental em todos os domínios é sinalizada também pelo estilo, através do uso de termos como 'cabanas' (ao invés de casas), 'tribos' (em lugar de povos ou grupos), 'superstição' (ao invés de religião), 'primitivo' (ao invés de não-industrializado ou tradicional), 'curandeiro' (e não médico) etc.

Essas são as principais características do discurso educacional que reproduz a ótica, os estereótipos e o preconceito da cultura branca dominante. Em função da defasagem de tempo entre a produção e o uso desses materiais didáticos, além da necessidade pedagógica de simplificação e seleção, a apresentação dos grupos de minoria e de (outros) povos do Terceiro Mundo torna-se ainda menos sofisticada e 'moderna' do que os relatos similares veiculados pela mídia ou por outras formas do atual discurso de elite.

É verdade que a simplificação e as limitações do livro didático normalmente conduzem à generalização. O discurso pedagógico não enfoca as sutilezas, detalhes e complexidades. Não há como as crianças aprenderem a história, cultura e detalhes societários de todos os povos, países, culturas ou nações. Contudo, o que leva ao etnocentrismo e ao racismo é a perspectiva branca dominante, a consistente negatividade na construção dos estereótipos e a ênfase à superioridade ocidental.

Destarte, os livros e seus autores reproduzem o discurso dominante. Parte das propriedades desse discurso desenvolve-se mais ou menos de forma autônoma dentro das restrições institucionais do sistema educacional e do currículo, monitorada pelas elites desse domínio. Dito de outra maneira, os livros didáticos tendem a imitar outros livros didáticos. Os temas, métodos e o estilo seguem uma longa tradição. Parte do conteúdo, bem como o estilo, devem-se às atitudes e ideologia de seus autores (na maioria brancos do sexo masculino).

No entanto, as opiniões dos livros e de seus autores são moldadas por forças ideológicas externas, tais como as disciplinas acadêmicas, o treinamento de professores e a mídia. Em outras palavras, há múltiplas relações entre o discurso de elite em educação e aquele de outros domínios da sociedade. No caso dos livros há também um agravante adicional que é a influência direta ou indireta dos pais, dos conselhos de escola, organizações cívicas, editores, empresas, partidos políticos, governo, igreja e diversas outras formações societárias interessadas em seu conteúdo. Novamente, a maioria desses grupos ou organizações é branca e reluta em aceitar uma discussão em torno da situação étnica ou internacional que os envolva e os implique na reprodução do poder branco ou ocidental dirigido contra as minorias ou povos do Terceiro Mundo.

Finalmente, deve-se perceber que essas formas de discurso educacional etnocêntrico não apenas têm um papel importante na introjeção e reprodução da cultura dominante e de suas cognições sociais, como também são parte das funções sociais da escola e da educação na preparação das crianças para a sociedade e o mercado de trabalho. Assim, ao implementarem a marginalização e a subordinação de grupos minoritários e de suas crianças, os livros as preparam para uma sociedade em que terão uma posição específica reservada - aquela de um status mais baixo e do trabalho servil. As estatísticas mostram claramente que a maioria dos grupos de minoria reflete as experiências escolares e a premonição que as crianças têm de sua posição, revelando, ainda, que o desempenho, as taxas de evasão e o número de diplomas obtidos não são fatos que ocorram em função da classe econômica a que pertencem ou da suposta 'cultura' educacional de seus grupos, porém dependem sim do sistema educacional e das escolas mesmas.

5. O discurso acadêmico

Seremos breves nesse item, uma vez que os acadêmicos anti-racistas são diariamente confrontados com o papel que

esse tipo de discurso desempenhou ou desempenha nas sociedades racistas. Nosso resumo, portanto, será feito mais no sentido de um registro cujo objetivo é o de sustentar ainda mais a tese do proeminente racismo de elite.

Sabe-se muito bem, e, há vasta documentação a esse respeito, que desde há muitos séculos o discurso acadêmico tem tido um papel primordial na produção e legitimação das ideologias etnocêntricas e racistas (cf. *Miles, 1989; *Haghighat, 1988, para relatos recentes). Embora de maneira bem mais sutil atualmente, isso permanece como uma verdade para o discurso acadêmico contemporâneo. No passado a diferença entre europeus e não-europeus era enfocada do ponto de vista da diferença de raças, invariavelmente concluindo que a raça branca era superior em todos os critérios relevantes de humanidade (*Barker, 1981; *Todorov, 1989; *Unesco, 1983). Tais formas de racismo acadêmico eram freqüentemente apontadas não apenas como parte do objetivo científico de descrição, explicação e entendimento dos fatos, mas também usadas na legitimação das conquistas, do colonialismo e da opressão.

Atualmente essas formas de discurso tornaram-se raras. A palavra raça tornou-se um termo teórico obsoleto, a não ser quando usado em um contexto sócio-cultural, ou seja, para denotar a maneira como as pessoas se vêem e se categorizam. Ao invés disso, a noção de 'cultura' tem sido amplamente utilizada para descrever os grupos e explicar as diferenças étnicas. Contudo, o arrazoado nem sempre mudou. A guisa da 'incompatibilidade' cultural, a própria cultura ou grupo étnico são 'protegidos' contra a imigração de outros grupos que, geralmente, são de cor. Em outras palavras, o que se teme e se previne através da retórica da 'autonomia' cultural é, de fato, a 'mistura de raças', pressupondo a 'pureza racial' e, assim, a superioridade da raça branca. Em uma interpretação menos crítica deste tipo de discurso, ainda teríamos que as diferenças culturais levam ao conflito, uma vez que os outros não se adaptam (ou não podem se adaptar) à nossa cultura. Ainda assim, a cultura ocidental é explícita ou implicitamente considerada superior, como acontece nos relatos que vimos dos livros didáticos acerca dos povos de Terceiro Mundo.

Pode-se pensar que essa ideologia seja de extrema-direita, longe de ser representativa do discurso acadêmico dominante na atualidade. E verdade no sentido de que versões explícitas e gritantes estão confinadas a pequenos grupos conservadores. Por outro lado, há versões indiretas e mais sutis desta ideologia que são tomadas como legítimas, senão corretas (*Barker, 1981). Desta forma, até hoje encontramos explicações sobre a posição 'desfavorável' dos Negros (ou de outros imigrantes de cor) nos Estados Unidos ou na Europa

justificadas sobre a suposta 'cultura familiar' patológica, sua falta de 'cultura educacional' ou pelo fato de viverem na 'cultura da pobreza'. Como vimos anteriormente, a baixa posição sócio-econômica dos imigrantes turcos ou norte-africanos na Europa é freqüentemente explicada - também no discurso acadêmico - via 'cultura islamita' e suas implicações. Assim, cobra-se muitos dos traços dessa posição, tais como desemprego e falta de escolaridade, das próprias vítimas.

As explicações culturais da desigualdade étnica ou racial são bemvindas entre o grupo branco dominante uma vez que os sentimentos de superioridade da raça tornaram-se ilegítimos. Na realidade, fazem parte das estratégias do processo de legitimação do poder branco. Outra importante característica do racismo atual no discurso acadêmico (como também na mídia) é a sua própria negação. Assim como os jornalistas, vários acadêmicos brancos - até mesmo aqueles que estudam as relações étnicas - sentem-se desconfortáveis com a noção de 'racismo' (* Essed, 1987). Num primeiro momento tendem a vê-la como irrelevante, face à suposta obsolescência dos sentimentos de superioridade racial e da dúbia noção científica de 'raça'. Em segundo lugar, tomam-na como um termo político, avaliativo, utilizado apenas em contextos de acusação, portanto, não sendo considerado um termo científico, descritivo. Podem admitir que exista o preconceito e a discriminação étnicos e que sua manifestação possa ser objetivamente estudada; contudo, rejeitam qualquer análise estrutural mais profunda de tais manifestações de desigualdade em termos racistas. Como acontece com os jornalistas, os acadêmicos vêem os seus usos como exagerados e, certamente, distantes das micro-desigualdades da vida cotidiana. Percebemos, assim, que o racismo tende a ser ignorado, marginalizado ou considerado irrelevante e exagerado para o discurso acadêmico. Tanto na Holanda, quanto em qualquer outro lugar, a pesquisa sobre o racismo é tolhida por estudos menos auto-punitivos sobre o contato e o conflito intergrupar, relações étnicas e comunicação intercultural, todos conduzidos em sua maioria por estudiosos brancos.

Esta ampla caracterização do desenvolvimento do racismo acadêmico pode ser sustentada com alguns exemplos de discursos específicos em cada disciplina. Assim, uma das tradições no estudo da linguagem sustentava a superioridade lógica e retórica das línguas ocidentais quando comparadas às línguas 'primitivas', dependendo da língua/país de maior poderio econômico e cultural. Da mesma forma, os pidgins e crioulos, ou o inglês negro nos Estados Unidos, eram considerados como tendo falta de expressividade, precisão, clareza e lógica em

relação a suas línguas ocidentais de origem (* Smitherman-Donaldson, 1988). Embora esse 'primitivismo' não seja mais levado a sério pela maioria dos estudiosos, pode continuar a ser refletido em outros discursos.

Esse posicionamento teórico, no entanto, ainda não se traduz em política lingüística. Do mesmo modo que a nossa cultura precisa ser protegida contra a 'invasão' de outras culturas, também a nossa língua se torna um objeto da preocupação nacionalista, senão etnocêntrica e racista. Na maioria dos países ocidentais encontramos políticas educacionais que privilegiam a língua dos grupos dominantes. Existem aulas ministradas na língua dos grupos minoritários, mas a sua introdução e relevância são sempre vistas com ceticismo e crítica, independente dos resultados alcançados com as crianças (* Skutnabb-Kangas, 1984).

O estudo ocidental da literatura e das artes tem sido igualmente etnocêntrico. Teoricamente, a literatura e as artes não-ocidentais são tidas atualmente como valiosas e esteticamente equivalentes; porém, na prática, o trabalho artístico dos países do Terceiro Mundo continua sem acesso à mídia, aos editores e galerias, além de ter menos prestígio e menor 'status' quando chega a ser considerado. As exceções se confinam ao 'exótico', especialmente quando influencia nossos próprios escritores e artistas, ou a certos períodos do passado, tais como o clássico egípcio ou outras artes do Oriente Médio, incorporadas às tradições ocidentais (e a seus museus). Em alguns domínios, como o da música, por exemplo, artistas não-ocidentais podem ganhar destaque, mas certamente não estarão em pé de igualdade com os músicos ocidentais. Basta examinarmos a distribuição de verbas na maioria das universidades ocidentais para percebermos que as bolsas continuam etno ou eurocentricamente concentradas.

O mesmo se aplica a outras disciplinas da área de humanas (por exemplo, história), às ciências sociais, psicologia, sociologia e antropologia. A última tem sido o principal cenário de análise cultural e etnográfica dos povos não-ocidentais. O seu início e a sua história podem ser tomados como a válida expressão do desenvolvimento dos pontos de vista academicamente dominantes das culturas não-ocidentais. As conseqüências triviais e indiretas desse discurso sobrevivem até hoje nos livros didáticos. O mesmo ocorre com os conhecidos casos de psicologia e sócio-biologia, em que os estudiosos até agora procuram - de forma aberta ou mais velada - as 'diferenças' inerentes entre as 'raças', por exemplo, em termos de inteligência (* Barker, 1981; * Haghghat, 1988; * Unesco, 1983).

Para concluir essas poucas observações, achamos, então, que o conhecimento acadêmico não apresenta melhores credenciais que as outras formas de discurso de elite. Suas várias disciplinas consistente e cruelmente inferiorizaram os povos não-ocidentais ('raças') no passado e continuam a fazê-lo atualmente nos termos mais sutis das diferenças étnicas, sociais e culturais. Mesmo quando se admitem as igualdades e semelhanças teoricamente, na prática escolar e em suas aplicações, o foco recai na posição de destaque das línguas, literaturas, artes, lógica, história, organização societária, tecnologia e cultura ocidentais. Virtualmente todos os periódicos influentes são publicados no Norte e são de responsabilidade de acadêmicos brancos.

Esta forma acadêmica de racismo de elite não se sustenta sozinha. Tem sido freqüentemente mostrado que a autoridade e o prestígio do conhecimento é que asseguram esse estatuto especial aos seus discursos. Os atuais grupos extremistas continuam a embaraçar e a legitimar as suas crenças no conhecimento racista do passado (e às vezes até da atualidade). As políticas étnicas, raciais ou de imigração, o gerenciamento do conflito em tempos de crise (por exemplo, após 'distúrbios'), a educação, a mídia e muitos outros domínios da sociedade utilizam-se dos resultados do trabalho acadêmico sobre relações raciais e etnologia.

Em outras palavras, as elites acadêmicas e seu papel na reprodução do racismo passam longe da inocência. A não ser que participem diretamente de debates públicos pela mídia - o que freqüentemente fazem - seu trabalho parece estar relegado às margens da opinião pública. No entanto, nada pode ser mais errado. Embora, às vezes, com atraso de anos ou décadas, muitas das crenças e ideologias subjacentes ao trabalho acadêmico ou emergentes dele também são divulgadas e representadas por outras elites (especialmente na política, educação e mídia) e, portanto, pelo público em geral, onde as 'teorias leigas' sobre as diferenças étnicas ou raciais - senão a superioridade branca ou ocidental - têm vida longa. Na realidade, pode bem ser que de todas as pré-formulações da elite, aquelas do discurso acadêmico são inicialmente as de maior influência.

4. O discurso político

Na complexa estrutura do poder da maioria dos países ocidentais, o poder político pode estar oficialmente dominando o das outras elites e organizações, qualquer que seja o poder, por exemplo, da mídia ou de corporações empresariais. Os assuntos étnicos são, em grande parte, gerenciados pelo

governo local ou nacional, pelas corporações eleitas (parlamento ou conselhos municipais) e órgãos burocráticos, que preparam, fazem e implementam as decisões fundamentais sobre imigração, assentamento, esquemas especiais de contratação, programas de moradia, saúde e educação dos grupos de minoria, além de regulamentarem algumas das relações étnicas (por exemplo, através de leis contra a discriminação).

Todo esse esquema é amplamente discursivo. As políticas, regras, regulamentações, leis e princípios gerais são discutidos informalmente em todos os níveis políticos hierárquicos nacionais e locais. Posteriormente, passam a ser formalmente discutidos nos encontros dos comitês ou nas sessões dos diversos órgãos eleitos, para, então, serem promulgados por tais instituições. Finalmente, são comunicados às várias organizações, tais como a polícia, aos serviços de imigração, às escolas ou ao público em geral através dos meios de comunicação de massa.

Em outras palavras, o discurso político está crucialmente envolvido em muitos dos estágios decisórios iniciais sobre aspectos relevantes de assuntos étnicos. Obviamente, nem esse processo, nem seu discurso característico são autônomos ou livres da influência de outros setores da sociedade. A opinião pública - amplamente expressa e orquestrada pela mídia, os conselhos de vários especialistas, comitês, organizações ou instituições, as decisões dos partidos políticos, a burocracia dos ministérios e outras instituições governamentais, as opiniões e ações dos grupos de minoria, além de vários fatos da situação sócio-econômica (por exemplo, as estatísticas sobre o desemprego), bem como a situação internacional (a chegada de refugiados, imigração e acordos) é que proverão o material para esses processos decisórios e, conseqüentemente, para o discurso político.

Essa complexa rede de relações de poder, influência e processos de informação significa que não podemos simplesmente identificar o 'discurso político' com as expressões autônomas no texto e fala dos políticos ou das organizações políticas. A voz política não é, via de regra, uma voz representativa, mas também uma voz múltipla, incorporando opiniões e até o estilo de outras organizações do poder e de suas elites. Contudo, apesar desta heterogeneidade de fontes e influências - que obviamente também existem em outros domínios (tipicamente na mídia), tomaremos a comunicação e o discurso políticos aqui em seu sentido mais estreito e restrito, ou seja, como o corpo de textos e fala dos políticos, isto é, membros dos poderes executivo e legislativo nacionais e locais, partidos e organizações políticas.

Infelizmente as evidências acadêmicas sobre a natureza do discurso político quanto a assuntos étnicos são escassas ou simplesmente não analisam explicitamente tais discursos (* Reeves, 1983). Há vários estudos acerca das políticas em torno desses assuntos, mas tendem a ser formulados na terminologia usual da opinião política e não nas estruturas e estratégias de tal discurso. Há na literatura abundantes exemplos do discurso político sobre raças; contudo, aparecem casualmente, como forma de ilustração. Há bem poucos estudos cujo enfoque principal seja o discurso político sobre assuntos étnicos e, dentre esses, menos ainda que o façam em termos de uma abordagem de análise do discurso, ou sob a perspectiva do papel do discurso na reprodução do racismo na sociedade (cf., no entanto, dentre outros: * Hall et al., 1978; * Seidel, 1985, 1987, 1988a, 1988b).

Uma das primeiras propriedades gerais que caracterizam esse discurso é de ser bastante semelhante, pelo menos em alguns pontos, aos demais discursos de elite, por exemplo, aos da mídia, educação ou pesquisa. A principal razão desta semelhança é simples: a maioria dos políticos, especialmente na Europa, é branca. Em segundo lugar, a maioria dos eleitores é branca, portanto, os políticos pensarão principalmente nos interesses de seus eleitores (pelo menos em princípio). Colocado de outra forma, é pouco provável que tomem decisões que favoreçam as minorias e não os brancos. Em terceiro lugar, a maioria das organizações que tem acesso e influência no processo político decisório também é branca. Apenas em alguns casos específicos, por exemplo em leis contra a discriminação, poderemos encontrar decisões que favoreçam (ou pareçam favorecer) membros de grupos minoritários mais do que membros de grupos majoritários.

Esse conjunto complexo de interesses e influências forma o cenário para a perspectiva branca do discurso político. Há, contudo, variações políticas e ideológicas, por exemplo, entre a esquerda e a direita, embora, em relação aos assuntos étnicos tais distinções não possam ser indicadores confiáveis das atitudes étnicas. As vezes, políticos comunistas, pensando em seus eleitores (brancos) de áreas suburbanas pobres, têm que apoiar pontos de vista anti-imigração - como aconteceu na França. Contudo, talvez possamos aceitar de forma geral que haja uma correlação entre os políticos de direita e o etnocentrismo. Pertencem a essa classe aqueles políticos ou organizações que favorecem maiores restrições à imigração, ou até mesmo à repatriação, que são contra o pluralismo étnico, contra medidas especiais em favor dos grupos minoritários, portanto, em favor da manutenção da cultura branca dominante (* Gordon e Klug, 1986).

A fim de obtermos um quadro desses discursos políticos dominantes acerca de assuntos étnicos, passaremos a examinar rapidamente o novo Relatório do Comitê Parlamentar Europeu de Sindicância sobre Racismo e Xenofobia (relatório ainda não publicado quando da produção deste artigo). Esse relatório resume as posições de líderes e grupos políticos. Apresentaremos uma seleção de diferentes países da Comunidade Européia:

- (1) O ministério do interior do governo belga chamou os imigrantes de 'Bárbaros' em 1987. O partido de direita Parti des Forces Nouvelles (PFN) distribuiu impunemente na época panfletos dizendo "Façam parar os bárbaros".
- (2) A despeito da legislação reconhecendo o ensino do Islamismo na Bélgica, dois prefeitos se recusaram a permitir tais cursos nas escolas locais.
- (3) Um desses prefeitos, o Sr. Nols do distrito de Schaarbeek, além de escrever um livro racista sobre os imigrantes, distribuiu perto de 150.000 cópias de 'informações' às escolas, retratando os Norte-africanos como terroristas, fundamentalistas religiosos e viciados. Em um encontro da Assembléia chegou a acusar os Marroquinos de serem a causa da insegurança e os chamou de "bárbaros da atualidade". O Sr. Nols tornou-se tão popular entre a população branca de Schaarbeek que os partidos socialistas tentaram entrar em acordo com ele.
- (4) Um Decreto Real permitiu que seis distritos de Bruxelas proibissem o registro de novos imigrantes durante cinco anos. Em 1990 essa proibição foi prolongada por mais dois anos pelo Governo.
- (5) Não há legislação específica contra o racismo na Dinamarca. Os pedidos para que isso acontecesse foram descartados pelo Ministério da Justiça sob o argumento de que os estrangeiros já gozavam de suficiente proteção com as leis existentes.
- (6) Quando um membro do partido dinamarquês de ultra direita - o Fremskridt (recebendo perto de 10% dos votos nacionais em 1988) - se referiu aos refugiados como "os terroristas que despencam sobre nós vindos do Oriente Médio e do Sri Lanka" e que "se reproduzem como ratos", o Ministro da Justiça concordou com o Promotor Público que não havia fundamento suficiente para a condenação com base no parágrafo de lei contra a discriminação "tendo em vista o contexto em que essas observações foram feitas".
- (7) O conselho local do distrito de Ishoj votou em 1988 a favor da limitação do número de imigrantes "para promover a integração na sociedade dinamarquesa" e "prevenir a

xenofobia". O prefeito social-democrata acusara os Turcos da 'khomeinização' de Ishoj.

(8) Como acontece em outros lugares, o representante do Governo Alemão anunciou em audiência no Parlamento Europeu que "o Governo Federal considera que os instrumentos legais em ação são suficientes para coibir desdobramentos indesejáveis de forma eficaz e, que, portanto, não tomou medidas legislativas especiais em conjunto com a adoção da declaração contra o racismo e a xenofobia".

(9) O governo de Bonn tem se negado sistematicamente a entrar em acordo com qualquer projeto do Fundo Social Europeu em apoio aos ciganos na Alemanha.

(10) A despeito do aumento no número de mortes racistas na França e ignorando quaisquer apelos de grupos de direitos humanos, o representante francês afirmou no Parlamento Europeu que "a ratificação de uma nova legislação não era considerada prioritária". Anunciou-se uma nova legislação apenas após mais três norte-africanos terem sido mortos. Somente o Partido Socialista votou esse projeto de lei em 1990, todos os outros votaram contra.

(11) Prefeitos de várias cidades francesas desafiaram abertamente o Ministério da Educação negando-se a registrar crianças não pertencentes à Comunidade Européia nas escolas locais a fim de chocar as autoridades no sentido de controlarem a imigração. Um prefeito comunista demonstrou entender essa medida.

(12) O Presidente Mitterand assumiu o discurso de direita ao declarar que "o limiar da tolerância (em relação à imigração) já fora atingido".

(13) Os partidos conservadores de oposição na França adotaram certas propostas para a imigração anteriormente defendidas pela Frente Nacional de Le Pen.

(14) Após várias colocações racistas e anti-semíticas de Le Pen e outros políticos franceses, o representante da Frente Nacional no Parlamento Europeu, Sr. Autant Lara, expressou o seu descontentamento com o fato dos Nazistas não terem conseguido exterminar a Sra. Simone Weil, anterior presidenta do Parlamento Europeu e membro proeminente da dizimada comunidade judaica francesa.

(15) Em virtude da oposição conservadora, o governo socialista francês decidiu não prosseguir com seus planos de dar o direito ao voto local a algumas categorias de imigrantes.

(16) A despeito da intolerância racial cada vez mais crescente, a Itália não tem implementado leis ou regulamentos recentes que combatam o racismo e a xenofobia.

(17) A Suíça não possui legislação de combate ao racismo e ao anti-semitismo.

(18) Na Noruega o partido de extrema-direita Fremskrittspartiet conseguiu 13% dos votos nas eleições nacionais de 1989, tornando-se, assim, a terceira formação política mais importante do país.

Esta é apenas uma pequena seleção de fatos políticos relatados pelo comitê do Parlamento Europeu, fatos que são apenas a ponta do 'iceberg' do racismo na Europa. No entanto, dão uma idéia do que sejam os contextos políticos, as ideologias, práticas e discursos envolvendo minorias e imigrantes. Podemos resumir os principais pontos dessas ideologias e discursos políticos como segue:

(a) Os brancos são superiores. Os imigrantes são cultural e moralmente inferiores ("bárbaros", criminosos, viciados, religiosos fanáticos, ladrões etc.)

(b) O racismo, a discriminação ou a xenofobia não constituem problemas que mereçam legislação nacional ou prioridade política. A atual legislação pode dar conta deles. A despeito dos repetidos apelos de organizações anti-racistas, líderes europeus nunca promulgaram medidas sérias contra o crescente racismo na Europa.

(c) A fala racista extremista não precisa ser (rigorosamente) punida, mesmo contrariando as leis existentes.

(d) Em casos 'emergenciais', as autoridades poderão agir de forma discriminatória contra a imigração, o assentamento ou a implementação dos direitos civis.

(e) As sociedades e culturas parecem ter um nível 'limitrofe' de aceitação dos imigrantes, talvez formulado em termos de números e porcentagens. Ou seja, as comunidades brancas podem simplesmente declarar que sua 'tolerância' já foi longe demais e, que, dali para frente, a discriminação torna-se legítima.

As implicações desses fragmentos ideológicos são desconcertantes. Enquanto a extrema-direita pode indultar o discurso racista abertamente, as forças políticas dominantes servem-se dessa ideologia praticando ações 'moderadas' contra a imigração e os direitos de igualdade. Em outras palavras, o racismo de direita é útil para a implementação de outras formas de racismo que comparativamente seriam menos ríspidas. Portanto, não é de se surpreender que o extremismo político ou ideológico não seja rigorosamente censurado ou legalmente punido. Os partidos racistas não são dissolvidos, mesmo quando fora de consenso. As ações e discursos de seus membros são punidas apenas simbolicamente. A legislação geral contra a discriminação raramente é implementada ou reforçada, uma vez que não apenas marginalizaria ainda mais ou talvez até destruiria o (útil) extremismo de direita, como também afetaria as formas mais 'moderadas' de racismo praticadas por outros agrupamentos políticos e pela maioria da população

branca. Como essa maioria nega categoricamente o racismo, qualquer legislação anti-racista é vista como uma infração intolerável contra sua moral.

7. O discurso corporativista

Embora a discriminação nessa área tenha sido amplamente documentada (* Fernandez, 1981; * Jaynes e Williams, 1989; * Jenkins, 1986; * Jenkins e Solomos, 1987), são poucos os dados e resultados de pesquisa sobre o discurso corporativista acerca de assuntos étnicos. Menos do que o discurso político, social, da educação ou acadêmico, tais textos e falas raramente são reportados pela mídia, talvez porque sejam normalmente inacessíveis aos jornalistas. As corporações e seus departamentos de Relações Públicas têm um controle bastante poderoso do que é comunicado à imprensa e é pouco provável que se deixem influenciar em seus processos decisórios e práticas diárias de contratação, promoção, interação e transações que envolvam grupos minoritários.

No entanto, as pesquisas sobre experiências passadas por membros de grupos minoritários inequivocamente mostram que os níveis de racismo e práticas discriminatórias em empresas é bastante difundido (* Essed, 1984, 1991). Essas práticas podem ser discursivas, legitimadas em textos e fala. As propriedades dominantes de tal discurso assemelham-se aos objetivos gerais das corporações capitalistas, isto é, competição e lucro. Assim, quando as minorias são menos contratadas ou promovidas, a ação discriminatória encontra respaldo nas supostas 'deficiências' educacionais ou profissionais, ou nos supostos 'problemas' criados pelos trabalhadores pertencentes a esses grupos, ou ainda em termos da reduzida competitividade em função da presença desses empregados. Especialmente na Europa, qualquer ação positiva ou monitoramento étnico, propostos para combater o alarmante desemprego entre as minorias, são vigorosamente rejeitados como uma forma intolerável de infringir a "livre iniciativa". Apelando para a reduzida competitividade, as corporações normalmente conseguem se livrar de tais rejeições.

8. Discurso Popular

As várias formas de discurso das elites são parcialmente comunicadas à população através da mídia. Nossa análise no projeto de pesquisa sobre a reprodução do racismo em conversas do dia-a-dia mostrou repetidamente que tais formas de racismo têm uma vasta influência nas opiniões e discurso populares (* van Dijk, 1987a). Os tópicos desse discurso do dia-a-dia sobre

as minorias são, na sua maioria, aqueles da mídia. Os exemplos e ilustrações mostram que apenas poucos falantes brancos contam histórias baseadas em sua experiência pessoal. A argumentação, as mudanças semânticas e o estilo são tomados do discurso público (mídia). Sustentam as histórias negativas sobre as minorias com afirmações do tipo "você pode ler isso nos jornais todos os dias". Membros de partidos políticos racistas formulam versões leigas de uma pseudo-ciência racista. Ou seja, grande parte desse discurso do dia-a-dia sobre 'raças' parece ser pré-formulado no discurso de elite.

No entanto, o discurso popular sobre as minorias também possui dimensões autônomas, por exemplo, em função das especificidades sócio-econômicas. Assim, brancos de regiões suburbanas pobres podem expressar seu ressentimento contra a péssima situação de moradia ou o desemprego jogando a culpa nos imigrantes. Na realidade, chegam a acusar o governo (e outras elites) por ter "deixado esse povo vir para cá". Dito de outra maneira, há também um ressentimento popular contra atitudes liberais ou moderadas em relação à imigração. Os partidos racistas, tais como a Frente Nacional na França, exploram precisamente este aspecto do ressentimento popular. Isto significa que, mesmo quando essas formas populares de ressentimento contra os imigrantes estão arraigadas em experiências cotidianas de subordinação de classe, o povo é 'manobrado' pelas elites políticas de direita. Igualmente, os partidos políticos dominantes e os governos podem legitimar, ou mesmo reforçar, este racismo popular utilizando-se dele em suas próprias formas de exclusão étnica e marginalização, por exemplo, restringindo a imigração ou, como acontece na França e na Alemanha, proibindo o voto para os imigrantes.

Há várias razões por que o racismo popular tem uma autonomia limitada. Em primeiro lugar, só terá influência quando amplamente disseminado entre a população e sem a ajuda da imprensa isso é impraticável. Em segundo lugar, as pesquisas mostram que o racismo popular não se limita às vizinhanças etnicamente mistas, sendo assim não se baseia em experiências pessoais, nem em fatores sócio-econômicos tais como condições de moradia, desemprego etc. Em terceiro lugar, os imigrantes e grupos minoritários que não são retratados pela mídia, ou que o são de forma menos negativa, por exemplo, os refugiados vietnamitas, refugiados de outros países comunistas ou imigrantes brancos não se constituem em alvos do ressentimento popular. Em outras palavras, esses e outros fatores parecem sugerir que o ressentimento popular contra as minorias e os imigrantes é amplamente manobrado e manipulado pela mídia e elites políticas.

9. Conclusões

Defendemos neste artigo a tese de que as elites, e, portanto, o discurso de elite, desempenham um papel proeminente na reprodução do racismo. Enquanto o racismo é definido, em um macro-nível, em termos do poder do grupo branco sobre as minorias, imigrantes e (outros) povos do Terceiro Mundo, o discurso manipula essa dominação no micro-nível da comunicação. Isto acontece tanto na dimensão da ação social - quando o discurso mesmo é interpretado como ação discriminatória dirigida contra as minorias - como na dimensão da cognição social e da ideologia - quando o discurso é tido enquanto produção de significado. No último caso, o discurso funciona dentro do grupo branco como o principal canal de aquisição do conhecimento social sobre assuntos étnicos. Esses conhecimentos sociais são, por sua vez, condição crucial para a ação racista.

Tendo o discurso um papel tão importante na reprodução do poder, sustentamos ainda que esses grupos (brancos) que possuem os meios de produção ideológica, ou têm acesso privilegiado a eles, também têm controle (parcial) sobre os discursos que legitimam sua própria dominação. Assim, embora o grupo branco como um todo domine as minorias, as elites, por sua vez, controlam o discurso público e, portanto, as condições de produção ideológica deste grupo branco, incluindo-se aí as ideologias de dominação dos assuntos étnicos. Desta forma, afirmamos que, embora existam certas formas de 'racismo popular', suas formulações iniciais resultam das várias elites.

Para examinar as implicações de tais hipóteses, percorremos alguns gêneros típicos do discurso controlado pelas elites, por exemplo, o da mídia, da educação, o acadêmico e político. Cada um à sua maneira, esses tipos de discurso têm formas específicas de influência social no público em geral e em outros tipos de discurso.

Vimos também que a cobertura da imprensa sobre assuntos étnicos forma uma 'interface' central às demais formas de discurso de elite. Relata discursos políticos, sociais, educacionais ou acadêmicos sobre assuntos étnicos, mas vai além deste papel aparentemente 'passivo', implementando suas próprias estratégias de construção da notícia, incluindo a seleção e a reconstrução das fontes, o resumo, a reformulação estilística, a estruturação da relevância, os diferentes modos de contar uma estória e, especialmente nos artigos de fundo e nos editoriais, incluindo também suas próprias estratégias argumentativas. Assim, a imprensa pode ignorar o discurso dos grupos minoritários, dramatizar ou mitigar os discursos de

grupos políticos específicos e construir sua própria versão da situação étnica. A análise dos tópicos, dos esquemas de noticiários, da ordenação hierárquica, das mudanças semânticas locais, do estilo, retórica e padrões argumentativos mostram como os jornalistas representam cognitivamente e apresentam socialmente os eventos étnicos. Vimos que este 'quadro' é altamente estereotipado, senão por vezes, em especial na imprensa de direita, abertamente preconceituoso e racista. De forma geral, as minorias apresentam-se como associadas a problemas, conflitos e ameaças à maioria branca, que é definida em termos neutros ou até positivos. Jornalistas pertencentes a grupos minoritários raramente são contratados, especialmente na Europa. Assim, geralmente não há uma perspectiva minoritária na apresentação dos eventos de ordem étnica. Os brancos não apenas definem a situação; as elites brancas associadas ao estado e outras instituições recebem prioridade ou, talvez, exclusividade no discurso público dominante.

Em escala menor, o mesmo se aplica aos livros didáticos. Como instrumentos cruciais de suporte aos currículos e práticas educacionais, esses materiais de aprendizagem fornecem às crianças sua primeira definição dos outros povos, tais como as minorias e (demais) povos do Terceiro Mundo. Nosso próprio trabalho confirma o que havia sido encontrado em diversos estudos realizados em vários países, ou seja, que esses livros didáticos - até mesmo na década de 80 - tendem a ignorar ou a marginalizar os fatos sociais, geográficos e históricos sobre as minorias e os povos do Terceiro Mundo, ou, ainda, a apresentá-los de uma forma estereotipada ou negativa. Nesses livros, pressupõe-se que as salas de aula sejam eminentemente brancas, como se comprova no estilo das lições sobre assuntos étnicos. Um dos principais tópicos é o da diferença cultural, grandemente interpretado em termos estereotípicos ou preconceituosos, isto é, como uma fonte de problemas e conflitos. O próprio grupo branco (ocidental, europeu) é apresentado em termos neutros ou positivos, com raríssimas exceções (críticas casuais ao colonialismo, escravidão ou discriminação).

O discurso político é a expressão e a implementação do poder decisório e de seus interesses associados. Aqui a legitimação e o controle são vitais para a preparação e justificação das práticas e políticas sobre imigração, assentamento, serviços sociais, (des)emprego, saúde e educação, dentre outras coisas. Concluímos que o jogo de poder em política resulta na ideologia do 'consenso étnico' (branco). Primeiramente, esse consenso legitima a dominação branca através da negação do racismo ou de sua atribuição aos

extremistas de direita. Em segundo lugar, sugere haver igualdade, justiça ou tolerância em uma ordem social pluralista. Explica-se e desculpa-se a desigualdade responsabilizando-se a própria vítima, por exemplo, através da falta de motivação educacional, pouca ética profissional ou outras propriedades negativas atribuídas às minorias. Outro fator explanatório no abuso dos direitos civis é a 'emergência', ou seja, quando os 'limites da tolerância' foram atingidos, por exemplo, pela imigração em larga escala ou conflitos sociais. Neste quadro de auto-apresentação positiva e apresentação do outro negativa, que também caracteriza o discurso da mídia e, portanto, serve de exemplo ao público branco em geral, mantém-se fora da pauta de discussão a legislação anti-racista ou o reforço das leis anti-discriminatórias já existentes.

O discurso racista corporativista apresenta-se essencialmente em três formas: (1) como parte das interações no trabalho, (2) legitimando as práticas discriminatórias de contratação e promoção, e (3) na rejeição de oportunidades iguais. Embora menos aberto e menos público do que as outras formas de discurso racista, talvez essa seja a forma mais consequente de racismo na vida cotidiana de membros de grupos minoritários.

Aparentemente em escala ainda menor, o discurso acadêmico racista fornece a legitimidade vital para o discurso étnico de outros grupos de elite, por exemplo, o político, a mídia, o educacional, bem como para o discurso corporativista. Desde há muitos séculos, até hoje, os acadêmicos preparam os tijolos que se encaixarão tão bem nas versões leigas das relações étnicas desiguais, seja em termos da inferioridade racial, especificidade genética, diferenças culturais, restrições hereditárias, seja em outras pseudo-teorias que não passam de reformulações sofisticadas (ou não tão sofisticadas) das opiniões racistas de seus autores. Embora essas versões mais aberrantes do darwinismo social, da dominação de elite, ou da superioridade branca (masculina, classe média, ocidental etc.) continuem a ser publicadas e debatidas até agora, já não fazem mais parte da corrente principal, a despeito de seus autores freqüentemente ocuparem posições de destaque. No entanto, embora ocupando posição marginal na academia, continuam a ser legítimos: não são censurados, proibidos ou punidos. Pressupõe-se sua legitimidade mesma pelas 'discussões' que suscitam, tendo como efeito a "busca da verdade" em versões acadêmicas mais moderadas sobre a desigualdade social e étnica. São esses que influenciam o discurso político, educacional e da mídia, como podemos ver nas ideologias neo-conservadoras e neo-liberais que defendem uma abordagem

'não-nonsense' em relação aos assuntos étnicos, negando, assim, eficazmente as consequências sociais, econômicas e culturais do racismo.

Finalmente, sustentamos que o 'racismo popular', embora tendo alguma autonomia baseada em experiências sócio-econômicas do cotidiano, é em grande parte pré-formulado e manobrado pelos vários discursos de elite. As pessoas normalmente respaldam suas estórias e argumentos anti-imigração nos 'fatos' reportados na mídia. Embora essa forma de racismo tenda a culpar os políticos pela situação étnica, a maior parte dos partidos legitimarão e reforçarão o 'ressentimento popular' tomando decisões cada vez mais duras contra a imigração. Outra evidência mostra que o ressentimento popular contra os imigrantes é função direta do discurso público controlado pelas elites, como se pode constatar na diferença de atitudes em relação a grupos distintos de refugiados. Podemos, então, concluir que, no todo, são as elites e seus discursos que fabricam o consenso étnico subjacente ao atual racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOUD, F. (1988) *Children and Prejudice*. Oxford:Blackwell.
- BANKS, J.A. and LYNCH, J. (eds) (1986) *Multicultural education in Western Societies*. London: Holt, Rinehart and Winston.
- BARKER, M. (1981) *The New Racism*. London: Junction Books.
- BRANDT, G.L. (1986) *The Realization of Anti-racist Teaching*. London: Falmer Press.
- DOMHOFF, G.W. and BALLARD, H.B. (eds) (1968) *C. Wright Miles and the Power Elite*. Boston:Beacon Press.
- DOVIDIO, J.F. and GAERTNER, S.L. (eds) (1986) *Prejudice, discrimination and racism*. New York: Academic Press.
- EBEL, M. and FIALA, P. (1983) *Sous le consensus, la xénophobie (Under the consensus, the xenophobia)*. Lausanne: Institut de sciences politiques. Mémoires et documents 16.
- ESSED, P.J.M. (1984) *Alledaags racisme (Everyday racism)*. Amsterdam: Sara.
- ESSED, P.J.M. (1987) *Academic Racism. Common sense in the social sciences*. Universiteit van Amsterdam: Centrum voor Etnische Studies. CRES Publications, No. 5.
- FERNANDEZ, J.P. (1981) *Racism and Sexism in Corporate Life*. Lexington, MA: Lexington Books.
- GALTUNG, J. and RUGE, M. H. (1965) "The Structure of Foreign News". *Journal of Peace Research* 2, 64-91.
- GORDON, P. and KLUG, F. (1986) *New Right, New Racism*. London: Searchlight Publications.

- GORDON, P. and ROSENBERG, D. (1989) Daily Racism. The press and black people in Britain. London: The Runnymede Trust (2).
- HAGHIGHAT, C. (1988) Racisme "scientifique". Offensive contre l'égalité sociale. Paris: L'Harmattan.
- HALL, S., CRITCHER, C., JEFFERSON, T., CLARKE, J. and ROBERTS, B. (198) Policing the crisis: Mugging, the State and law and order. London: Methuen.
- HARTMANN, P. and HUSBAND, C. (1974) Racism and the Mass Media. London: Davis-Poynter.
- HERMAN, E.S. and CHOMSKY, N. (1988) Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media. New York: Pantheon Books.
- JAYNES, G.D. and WILLIAMS, Jr., R.M. (eds) (1989) A Common Destiny. Blacks and American Society. Washington D.C.: National Academy Press.
- JENKINS, R. (1986) Racism and recruitment. Managers, organisations and equal opportunity in the Labour market. Cambridge: Cambridge University Press.
- JENKINS, R. and SOLOMOS, J. (eds) (1987) Racism and equal opportunity policies in the (1980)s. Cambridge: Cambridge University Press.
- JOHNSON, K.A. (1987) Media Images of Boston's Black Community. Boston, MA: University of Massachusetts: William Monroe Trotter Institute. Research Report.
- KATZ, P.A. (1976) "The Acquisition of Racial Attitudes in Children". In: P.A. KATZ (ed) Towards the Elimination of Racism. New York: Pergamon Press.
- KLEIN, G. (1986) Reading into Racism. London: Routledge and Kegan Paul.
- MARTINDALE, C. (1986) The White Press and Black America. New York: Greenwood Press.
- MERTEN, K. et al. (1986) Das Bild der Ausländer in der deutschen Presse. Frankfurt: Gagyeli Verlag.
- MILES, R. (1982) Racism and Migrant Labour. London: Routledge and Kegan Paul.
- MILES, R. (1989) Racism. London: Routledge.
- MILNER, D. (1983) Children and Race. Ten years on. London: Ward Lock Educational.
- MOK, I. (1990) Anti-racisme en schoolboeken (Anti-racism and textbooks). Amsterdam: University of Amsterdam, Program of Discourse Studies.
- MULLARD, C. (1985a) Race, class and ideology. London: Routledge and Kegan Paul.
- MULLARD, C. (1985b) Racism, power and resistance. London: Routledge and Kegan Paul.
- MURRAY, N. (1986) "Anti-racists and other demons: The Press and Ideology in Thatcher's Britain". Race and Class 27, 1-20.

- PHIZACKLEA, A. and MILES, R. (1979) "Working class racist beliefs in the inner city". In: R. MILES and A. PHIZACKLEA (eds) *Racism and political action in Britain*. London: Routledge and Kegan Paul.
- PREISWERK, R. (ed) (1980) *The slant of the pen. Racism in children's books*. Geneva: World Council of Churches.
- REEVES, F. (1983) *British racial discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEIDEL, G. (1985) "The Concept of Culture in the British and French New Right". In: R. LEVITAS (ed) *The Ideology of the New Right*. Oxford: Blackwell.
- SEIDEL, G. (1987) "The white discursive order: The British New Right's discourse on cultural racism, with particular reference to the Salisbury Review". In: I. ZAVALA, T.A. VAN DIJK and M. DIAZ-DIOCARETZ (eds) *Approaches to Discourse, Poetics and Psychiatry*. Amsterdam: Benjamins.
- SEIDEL, G. (1988a) "The British New Right's enemy within: The anti-racists". In: G. SMITHERMAN-DONALDSON and T.A. VAN DIJK (eds) *Discourse and Discrimination*. Detroit, MI: Wayne State University Press.
- SEIDEL, G. (ed) (1988b) *The nature of the right. A feminist analysis of order patterns*. Amsterdam: Benjamins.
- SKUTNABB-KANGAS, T. (1984) *Bilingualism or not. The education of minorities*. Clevedon: Multilingual Matters.
- SMITHERMAN-DONALDSON, G. (1988) "Discriminatory discourse on Afro-American speech". In: T.A. VAN DIJK and G. SMITHERMAN-DONALDSON (eds) *Discourse and discrimination*. Detroit, MI: Wayne State University Press.
- TAGUIEFF, P.A. (1988) *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: Editions de la Découverte.
- TODOROV, T. (1989) *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Seuil.
- UNESCO (1983) *Racism, science and pseudo-science*. Paris: UNESCO.
- VAN DIJK, T.A. (1983) *Minderheden in de media. (Minorities in the media)*. Amsterdam: SUA.
- VAN DIJK, T.A. (1987a) *Communicating Racism. Ethnic Prejudice in Thought and Talk*. Newbury Park, CA: SAGE.
- VAN DIJK, T.A. (1987b) *Schoolvoorbeelden van racisme. De reproductie van racisme in maatschappijleerboeken (Textbook examples of racism. The reproduction of racism in social science textbooks)*. Amsterdam: Socialistische Uitgeverij Amsterdam.
- VAN DIJK, T.A. (1991) *Racism and the Press*. London: Routledge.
- WELLMAN, D.T. (1977) *Portraits of white racism*. Cambridge: Cambridge University Press.

WILSON, C.C. and GUTIÉRREZ, F. (1985) Minorities and the Media. Beverly Hills, Ca. and London: Sage Publications.

(Tradução de Ruth E. Lopes Moino)